

Tecnologia Social como estratégia interinstitucional para a adequação da legislação sanitária de alimentos no Norte capixaba.

Social technology as a strategy for institutional adequacy of health legislation for food in northern Espírito Santo

AMORIM, Bruno¹; AOKI, Pierângeli¹; SALGADO, José Sergio¹;
AMÉRICO, Marcio¹;

1. Incaper, bruno.tecsocial@gmail.com; pieraoki@gmail.com; josesergio@incaper.es.gov.br;
marcio.tecsocial@gmail.com ;

Resumo

Baseado na necessidade de esclarecer as questões sanitárias de ordem alimentar, para a regularização da produção de alimentos processados pela agricultura familiar e o licenciamento de agroindústrias rurais de pequeno porte na área de atuação do Projeto Estruturação e Fortalecimento dos Setores Produtivos da Agricultura Familiar do Norte do Espírito Santo . Tecsocial, uma estratégia interinstitucional foi implantada, por meio de articulações junto à administração pública municipal, técnicos e produtores, a fim de discutir e adequar as leis vigentes. Assim, espera-se que por meio de seus serviços sanitários, atuem de forma competente e organizada, minimizando o gargalo do processo de comercialização dos produtos da agricultura familiar. Essa estratégia interinstitucional foi adequada e reaplicada nos municípios oportunizando a transformação social do meio rural tendo como resultado a criação de leis municipais sanitárias em três municípios e a modificação na redação dessas leis em outros seis municípios.

Palavras-chave: legislação sanitária; produtos de origem animal e vegetal; agricultura familiar; tecnologia social; agroindústria familiar de pequeno porte.

Abstract

Based on the need to clarify food sanitary questions to regularize the production of processed foods by family farms and licensing of small rural agro-industries in the area of operation of the Project Structuring and Strengthening Family Agriculture Productive Sectors North Espírito Santo - Tecsocial an institutional strategy was implemented. The methodology consisted of joint meetings with the presence of the municipal government, technicians and producers to discuss and adequacy of existing laws. With the objective that municipalities, through their health services, act in a competent and organized form minimizing the bottleneck of the process of marketing of products of family farmers and their agribusinesses, this interinstitutional strategy was adapted and reapplied in municipalities providing opportunities for social transformation in rural areas resulting in the creation of municipal laws in three municipalities and the drafting and amendment of laws in six other municipalities

1. **Keywords:** health legislation; animal and vegetable products, family farming, social technology, family and small farm agribusiness

Introdução

No estado do Espírito Santo a propriedade familiar corresponde a 80% do total das propriedades rurais (72 mil) e geram 202 mil postos de trabalho. São comercializados R\$ 2,5 bilhões em produtos da agricultura familiar, o equivalente a 44% da riqueza produzida no meio rural, sendo os agricultores familiares responsáveis pela produção de 75% das hortaliças, 52% do café e 42% do leite. A agroindústria familiar de pequeno porte representa um segmento importante para a

diversificação de renda das propriedades rurais, tendo um papel fundamental no desenvolvimento do setor, agregando valor e utilizando técnicas de aproveitamento de alimentos (DIO-ES, 2012).

Para o pequeno processador de alimentos não é suficiente apenas saber fazer, é preciso conquistar o seu mercado por meio de produtos diferenciados e, mantê-lo, por meio da qualidade oferecida, o que remete à necessidade de se obter as licenças desses produtos, contudo existe uma barreira imposta por uma legislação sanitária que dificulta a entrada dos produtos da agricultura familiar no mercado.

Dentro desse universo, o Instituto Capixaba de Pesquisa Assistência Técnica e Extensão Rural . Incaper em parceria com a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Profissional e Trabalho . SECTTI, com apoio do Ministério de Ciência e Tecnologia . MCT, da Financiadora de Estudos e Projetos . FINEP e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico . CNPq implantou o Projeto Estruturação e Fortalecimento dos Setores Produtivos da Agricultura Familiar do Norte do Espírito Santo . Tecsocial, voltado à identificação, adequação e reaplicação de tecnologias sociais que estruturam e fortaleçam as organizações sociais dos agricultores familiares e comunidades tradicionais para agregarem valor e comercializarem seus produtos em mercados diferenciados.

Diante desse contexto, o objetivo deste trabalho foi implementar uma estratégia interinstitucional criando subsídios legais para que os municípios do Norte capixaba legissem sobre a fabricação e manipulação de alimentos.

Metodologia

As informações utilizadas no trabalho são oriundas do Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural . Proater, instrumento norteador das ações de Assistência Técnica e Extensão Rural - Ater do Incaper (INCAPER, 2010); os relatórios técnicos do projeto Tecsocial; o Plano de Desenvolvimento Estratégico da Agricultura Capixaba . PEDEAG (SEAG, 2008); as Políticas de Desenvolvimento Rurais Federais do Ministério do Desenvolvimento Agrário . MDA (MDA, 2013) e de contatos com a equipe do Departamento de Defesa Sanitária e Inspeção Animal . DDSIA, do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo . IDAF e com a Agência de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedorismo- ADERES.

Foram consultadas as legislações federais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA e estaduais da Secretaria de Agricultura Estadual do seu órgão de fiscalização IDAF e da Secretaria Estadual de Saúde que tratassem da inspeção, fiscalização e licenciamento sanitário de produtos de origem animal e vegetal produzidos pela agricultura familiar.

Na área de atuação do projeto Tecsocial, o Norte do Espírito Santo, os municípios de Pedro Canário, Mucurici, Ponto Belo, Sooretama, Aracruz, Águia Branca e Boa Esperança foram selecionados pelas dificuldades identificadas pela equipe do Tecsocial, referentes à comercialização de produtos agroindustrializados de seus beneficiários, pela ausência de informações. Nos municípios de Santa Teresa, Itarana, Itaguaçu, Laranja da Terra e Baixo Guandu as ações foram voltadas à

agregação de valor do excedente de produção de manga, incentivando a fabricação de processados como geleias, doces e polpas e, a inserção destes nos mercados institucional e corporativo, devidamente legalizados sanitariamente, impulsionando o Pólo de Produção de Manga da região.

Foram articuladas reuniões com os prefeitos e secretários municipais de Agricultura, Saúde, Ação Social, Educação, Finanças e Administração, além do Serviço de Inspeção Municipal, Vigilância Sanitária, Incaper e IDAF locais, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e outros parceiros, para que todos pudessem contribuir com o processo e para que alinhassem as informações, discutissem os problemas e sugerissem como resolvê-los. As limitações e entraves verificados nas reuniões foram registrados e, posteriormente aos encaminhamentos, foi estabelecida uma ferramenta de monitoramento para verificar as correções, adequações e procedimentos empregados pelos municípios.

Resultados e discussões

Por meio desses levantamentos, aliados a articulação da equipe do Tecsocial com os escritórios locais do Incaper e com representantes dos municípios foi possível identificar junto aos agricultores e técnicos, os entraves e as potencialidades da agricultura familiar no setor da agroindustrialização, bem como seus processos produtivos, de gestão, de agregação de valor e de inserção de seus produtos em mercados diferenciados.

A ausência do serviço de inspeção municipal - SIM e de sistematização e regulamentação da vigilância sanitária - VISA, causam transtornos para regularizar os produtos dos empreendedores rurais o que corrobora com PREZOTTO (2002), embora eles invistam em suas agroindústrias, os órgãos fiscalizadores municipais não apresentam orientações consistentes para as demandas desses produtores. Essas informações repassadas muitas vezes são desencontradas, confusas e burocráticas.

Verificou-se que quando a agroindústria é de produtos de origem vegetal nenhum setor do município se prontificava a cadastrar o produto e, quando a agroindústria é de produtos de origem animal, muitas vezes o produtor é orientado para entrar em contato com o órgão estadual de fiscalização, o IDAF. Em função desses trâmites e das informações imprecisas, os agricultores desistem de se legalizarem e continuam na clandestinidade. Outra questão relevante é que quando o processado é submetido ao SIM, o produto só pode ser comercializado dentro dos limites do município e, como a maioria deles o SIM abrange tanto produtos de origem animal quanto de origem vegetal, a comercialização dos produtos de origem vegetal é restringida, haja vista que esses produtos só precisam ser registrados na vigilância sanitária municipal para serem comercializados em todo território nacional.

A estratégia em questão destacou a importância dos municípios realizarem essas alterações legais e de estimularem os agricultores familiares envolvidos nos processos de agroindustrialização, pela diminuição da burocracia na abertura de novos empreendimentos e pela adequação sanitária dos produtos processados, permitindo que os agricultores familiares acessem o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar . PNAE, além de

mercados diferenciados, destacando o corporativo.

Foi articulada também junto ao IDAF, a elaboração de um projeto de minuta de lei, que consiste em uma legislação que vai ao encontro da redação estadual que trata sobre o Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar de Pequeno Porte - SUSAF/ES. Esse estabelece a equivalência dos Serviços de Inspeção municipal para com o estadual, ampliando a abrangência de comercialização dos produtos de origem animal para o âmbito estadual, desde que o município atenda aos critérios definidos no Decreto nº 3132-R.

Algumas correções e adequações nos serviços de inspeção foram realizadas nos municípios a partir dos resultados das reuniões monitorados, conforme quadro a seguir:

Quadro 1. Encaminhamentos ocorridos nos 12 municípios trabalhados

| Municípios | Intervenção | |
|--|---|--|
| | Antes | Depois |
| Pedro Canário, Mucurici e Ponto Belo. | Não havia serviço de inspeção municipal . SIM | Foi criada a lei de inspeção municipal - SIM |
| Aracruz, Santa Teresa, Baixo Guandu, Itarana, Boa Esperança, Itaguaçu. | Sobreposição de competências . SIM e VISA | Modificaram lei, que separa as competências do SIM e da VISA |
| Sooretama, Laranja da terra, águia Branca. | Ausência de Serviço de Inspeção | Não tiveram ações transformadoras |

Fonte: Amorim (2013).

Portanto, essa estratégia interinstitucional oportunizam o empoderamento dos produtores, técnicos e gestores públicos, o que contribui para a transformação social do meio rural em questão, como diz Machado et al (2005).

A administração pública municipal percebeu que é parte fundamental para o desenvolvimento do setor e começou a se mobilizar para a regularização das leis municipais, alterações e ações de fomento das atividades de fiscalização de produtos alimentares, o que vai ao encontro da conclusão de Mior (2005), que enaltece que as políticas e estratégias públicas e não governamentais de desenvolvimento rural devem levar em consideração a diversidade de atores sociais envolvidos e, portanto de lógica de organização da produção de consumo de alimentos.

Conclusões

Os municípios se mostraram participativos e solidários para a regularização da lei do serviço de inspeção municipal para produtos de origem animal.

As competências e importâncias das ações das vigilâncias sanitárias foram enaltecidas para que ocorram de forma alinhada e correta.

A partir dessa pesquisa, foi elaborado um folder técnico, que será distribuído aos gestores públicos, agricultores familiares e técnicos de ATER.

Três municípios criaram o SIM de maneira correta e seis modificaram suas leis, que a partir dessas alterações, vão facilitar a vida dos produtores de alimentos processados e outros três municípios ainda não ocorreram mudanças significativas.

Ações essas que convergem com a Política Estadual de Agroindústria Familiar do Estado do Espírito Santo, sancionado pela Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo pela lei 8819 de 2008, que visa entre outras coisas a promover a utilização de selo(s) de identificação de origem e qualidade dos produtos da agroindústria familiar.

Referências bibliográficas:

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br>> acessado em julho de 2013.

Instituto de Defesa Agropecuária do e florestal do Espírito Santo. Disponível em :

<<http://www.idaf.es.gov.br/Pages/wfInstituicaoLegislacao.aspx>> acessado em julho de 2013.

MACHADO, J. A. D. ; HEGEDÜS, P. de ; SILVEIRA, L. B. . **Uma Nova Ferramenta de Gestão na Extensão Rural: a noção de empoderamento**. In: XLIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2005, Ribeirão Preto-SP. Anais do XLIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Brasília-DF : SOBER, 2005. v. Único

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em:-

<<http://www.mda.gov.br>> acessado em julho de 2013.

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em:

<<http://www.agricultura.gov.br/legislacao>> acessado em julho de 2013.

MIOR, L.C. **Agricultores Familiares, Agroindústrias e Redes de Desenvolvimento Rural**. Chapecó: Argos, 2005. 338p.

PREZOTTO, L. L. (2002). **Uma concepção de agroindústria rural de pequeno-porte**. *Revista de Ciências Humanas*. p.133-154.

PROATER - Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural. Ano 2011- 2013.

Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca. **Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura: Novo PEDEAG 2007-2025**.

Vitória: SEAG, 2008. 284 p.